



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz

NOTA TÉCNICA N.º 1/2020/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ

(versão 1, 31 de julho de 2020)

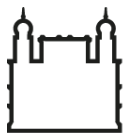
Assunto: Embasamento técnico e sugestões para ações de promoção da saúde ambiental e estratégias educacionais para mitigar as iniquidades no acesso à Educação Básica no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19.

ESTRUTURA DA NOTA TÉCNICA

1. **A sugestão:** a sugestão de elaboração de um **Plano Integrado Intersectorial Local** de ações sanitárias e educacionais, respeitando a singularidade de cada escola.
2. **O contexto:** A COVID-19, seus sintomas, informações epidemiológicas, condições socioambientais e desafios da Educação Básica.
3. **As escolas na crise da COVID-19:** O papel da escola na formação de agentes transformadores para uma conscientização ecológica e saudável
4. **Estratégias educacionais inovadoras para acesso à Educação Básica no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19:** a construção do projeto ESCOLA INOVAGORA
5. **Atividades prioritárias para o planejamento das ações para o possível retorno das aulas:** Reconexão, acolhimentos em saúde emocional e/ou mental para a comunidade escolar, ambiência escolar, organização do cotidiano escolar e criação da comissão interna de saúde e ambiente.
6. **Ensino Híbrido e o cotidiano da escola:** caracterização do ensino híbrido, atividades assíncronas e síncronas atendendo as singularidades e diversidade das escolas públicas do Brasil.
7. **Processos formativos para a comunidade escolar:** atendendo às peculiaridades de cada grupo diferenciado que compõem a comunidade escolar.

COMPLEMENTOS:

- 1- PROTOCOLO SANITÁRIO E ESTRATÉGIA DE VIGILÂNCIA ESCOLAR**
- 2- COMISSÃO INTERNA DE SAÚDE E AMBIENTE**

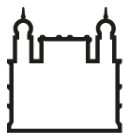


1. INTRODUÇÃO

1.1. Defender a vida pelo tempo que a pandemia impuser: O país está diante da iminência de ampliação do tempo de pandemia da doença COVID-19. Por isso esta Nota Técnica apresenta sugestões gerais para escolas e educadores, de modo a auxiliar na proteção à saúde da comunidade escolar visando ao convívio responsável e seguro com a circulação do vírus SARS-CoV-2. A Constituição Federal de 1988 assegura para todos os cidadãos brasileiros os direitos à Saúde (art. 196), à Educação (art. 205) e a um Ambiente saudável (art. 225). Enquanto protagonistas da formação de educadores promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, e como integrantes da Fundação Oswaldo Cruz, instituição estratégica do Estado para a saúde, nossa premissa de trabalho parte destes direitos da cidadania e procura inseri-los na atividade de pesquisa e na orientação à sociedade para, desse modo, cumprir a missão de promover saúde à população brasileira. Mantemos como mote central a DEFESA DA VIDA.

1.2. A COVID-19 é um desafio novo à saúde em todo o mundo: Ainda não há vacina disponível, medicamentos antivirais específicos, nem evidências suficientes para saber como se desenvolve a imunidade populacional. No entanto, existem medidas que podem auxiliar na proteção contra o vírus. É importante considerar que estas podem diferir bastante, devido a realidade e a situação nas diferentes escolas. Portanto, apresentamos a sugestão de que os governos locais possibilitem que cada escola planeje e faça as adaptações necessárias para o retorno seguro das aulas presenciais e híbridas, de acordo com a realidade de cada unidade de ensino. Além disso, é fundamental que cada escola faça uma autoavaliação, com base nas recomendações das autoridades sanitárias e análise dos dados epidemiológicos atuais, para a tomada de decisão em retomar ou não as aulas presenciais. Assim, cada escola poderá elaborar seu próprio **Plano Integrado e Intersetorial Local para o enfrentamento e convívio com a COVID-19**, com base na sua realidade, garantindo as condições sanitárias e pedagógicas necessárias para a retomada, incluindo ações relativas à:

- (i) Medidas de prevenção da transmissão do vírus SARS-CoV-2 na escola, como distanciamento social, uso de máscaras, higienização frequente das mãos e dos ambientes, garantia de ambientes arejados, entre outras.
- (ii) Monitoramento das condições de saúde da comunidade escolar e todos os seus contatos de maneira integrada com o sistema de vigilância das secretarias municipais de saúde.
- (iii) Promoção da saúde do ambiente escolar por meio de ações intersetoriais com foco nos determinantes socioambientais da saúde relativos à comunidade em que a escola se insere;
- (iv) Elaboração de propostas educacionais inovadoras para o desenvolvimento do ensino no cenário de convívio com a COVID-19, que fortaleçam o acesso à educação básica e à inclusão digital com o ensino híbrido;



- (v) Constituição de uma comissão Interna de Saúde e Ambiente como fórum para planejar, organizar e coordenar a participação comunitária nas ações de vigilância, prevenção e promoção da saúde ambiental nas ações planejadas.

2. O CONTEXTO: A COVID-19 E SEUS DESAFIOS

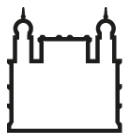
A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) dão assistência técnica ao Brasil e outros países em resposta à pandemia da COVID-19. O site da OPAS no Brasil (<https://www.paho.org/bra/>) atualiza informações, recomendações e protocolos para mitigar a disseminação do vírus e seus problemas diretos e indiretos na saúde da população e seguem apresentados a seguir. Desde final de junho de 2020 a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz 20/07/2020), vem divulgando Notas Técnicas que atualizam o panorama epidemiológico e ajudam a orientar Secretarias de Educação e de Saúde em suas decisões (vide referências ENSP/Fiocruz).

2.1 A doença. A COVID-19 é uma doença causada por um vírus novo da família coronavírus. A denominação indica o agente: CO, de corona, o formato em coroa do vírus, VI de vírus, D de doença e 19 pois foi descoberta em 2019. O vírus foi denominado SARS-CoV-2 por pertencer à mesma família de vírus que causam a síndrome aguda respiratória aguda grave (em inglês SARS: severe acute respiratory syndrome) e alguns tipos de gripe comum.

2.2 Sintomas: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os sintomas mais comuns do COVID-19 são: febre, tosse seca, dor de cabeça, falta de ar, fadiga e/ou dor de garganta. Alguns pacientes podem apresentar também congestão nasal, produzir catarro, escarro, coriza, garganta inflamada ou até diarreia. Esses sintomas, geralmente, são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas podem estar infectadas com o vírus, mas não apresentar os sintomas ou se sentir mal. A maioria (8 em cada 10 pessoas infectadas pelo vírus) se recupera da doença sem a necessidade de tratamento especial. Os casos mais graves desenvolvem dificuldades respiratórias.

2.3 Transmissão: A COVID-19 é transmitida por gotículas contendo o vírus emitidas por pessoas infectadas e transmissoras, independente de apresentarem ou não sintomas. Tais gotículas transmitem o vírus de pessoa a pessoa através da fala, tosse, espirro ou aperto de mãos. Há ainda a possibilidade de transmissão por gotículas suspensas no ar, que são capturadas durante a inspiração, ou por gotículas presentes em superfícies e materiais contaminados por tais gotículas, que são capturadas pelas mãos e levadas ao rosto. O vírus presente em superfícies pode ser viável por várias horas, mas desinfetantes simples podem destruí-lo. Esse é o fundamento científico para as recomendações gerais da OMS por:

- a) isolamento social;
- b) uso de máscara facial protetora;
- c) lavagem constante das mãos;
- d) evitar aperto de mãos e abraços;
- e) evitar presença em aglomerações;



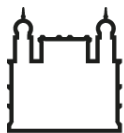
f) isolamento em quarentena por 14 dias após contato com pessoas comprovadamente positivas para o vírus.

2.4 Grupos de risco: um grupo específico de pessoas, crianças ou adultos, pode ser caracterizado como “grupo de risco”. São pessoas mais vulneráveis ao vírus que causa a COVID-19 e podem desenvolver os sintomas mais graves da doença. Entre eles se incluem: idosos com mais de 60 anos, pessoas com condições médicas crônicas como doenças cardíacas, pressão alta, obesidade, diabetes, doenças respiratórias como asma, comorbidades infecciosas como tuberculose, HIV/AIDS, doença de Chagas ou outras, indivíduos com um sistema imunológico enfraquecido como as pessoas em tratamento de câncer, transplante ou doenças neurodegenerativas e até mesmo famílias residentes em locais socioeconomicamente vulneráveis (bairros com pouco acesso à água, baixa ventilação e difíceis condições para isolamento social e transporte seguro). No entanto, pessoas de todas as idades também podem desenvolver casos graves, em menor proporção do que o grupo de risco. Pessoas com febre, tosse e dificuldades respiratórias devem procurar atendimento médico. É especialmente importante evitar o contato de portadores do vírus com os membros mais velhos da família dentro de casa, e com aqueles que têm problemas de saúde e estão no grupo de pessoas com maior risco, independentemente da idade. Uma Nota Técnica específica sobre Populações em risco e a volta às aulas, elaborada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT-Fiocruz) e divulgada em 22/7/2020 traz um excelente embasamento para essa questão.

2.5 Outras infecções virais e tratamentos sintomáticos: Os sintomas de febre, tosse ou dor de garganta não necessariamente significam que a pessoa tenha contraído a COVID-19. Esses sintomas são comuns também em outras doenças virais. Atualmente, não há tratamento antiviral específico contra o vírus da COVID-19. Alguns tratamentos são recomendados para os sintomas, e não a causa. Exemplos são o acetaminofeno (paracetamol) ou a dipirona para a febre.

2.6 Para prevenção e proteção da família contra a COVID-19: O distanciamento social é recomendado como uma medida para reduzir a propagação da infecção pelo SARS-CoV-2 para todas as pessoas. Isso significa eliminar o contato físico com outras pessoas e distanciar-se ao máximo possível (pelo menos 1 metro, segundo a OPAS, ou 2 metros, segundo o documento da ENSP/Fiocruz), no caso de ser essencial sair de casa, como por exemplo, para comprar alimentos ou trabalhar em contextos de necessidades essenciais. No caso do contato com alguém afetado pela COVID-19, é recomendável que estas pessoas entrem imediatamente em quarentena, isolando-se por 14 dias, e procurem atendimento médico, se apresentarem sintomas de problemas respiratórios.

2.7 Mulheres grávidas: A gravidez envolve grandes mudanças no sistema imunológico que podem enfraquecer a mulher e torná-la mais vulnerável. No entanto, os dados científicos ainda são muito limitados e não temos evidências suficientes para definir se uma mulher

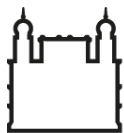


grávida corre maior risco de desenvolver os sintomas mais graves da COVID-19 do que a população em geral.

2.8 As crianças com COVID-19: Mundialmente, a maioria das crianças é assintomática ou apresenta sintomas leves. As fatalidades em crianças de 0 a 9 anos representa 0,01% dos casos mundiais. Os dados até o momento não esclarecem se as crianças são bons transmissores do vírus ou se elas transmitem menos que os adultos (Rajmil, 2020), pois os estudos foram realizados em países cujo isolamento social foi vitorioso, com crianças fora das escolas. Casos graves são mais raros, e foram relatados no Reino Unido, Itália, Espanha, França, Suíça e Estados Unidos. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) desenvolveram uma “definição de caso” para uso nos Estados Unidos e denominaram a condição de Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Crianças (sigla em inglês MIS-C), parecida com a Síndrome de Kawasaki (Rowley, 2020). As crianças de países de média e baixa renda, como o Brasil, não correm um risco maior de desenvolver a doença grave, mas existem efeitos indiretos negativos importantes na saúde infantil, como os destacados nas desigualdades nos serviços de saúde para as crianças (Zar e colab. 2000).

2.9 A epidemia de COVID-19 no mundo: No final de dezembro de 2019, foram relatados vários casos de uma doença respiratória na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. A epidemia afetou milhares de pessoas, levou várias à óbito e se espalhou para 19 países no final de janeiro de 2020. Poucos dias depois, o agente causador foi identificado como um vírus da família dos coronavírus, nomeado como coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave ou SARS-CoV-2 e a doença de COVID-19. No final de fevereiro, 46 países já apresentavam pessoas infectadas pelo vírus e, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia pelo SARS-CoV-2, que se espalhou rapidamente atingindo milhões de pessoas. O desenvolvimento da pandemia vem ocorrendo de modo diferente em cada país, segundo características do sistema de saúde local, da condução política da crise, e da cultura e consciência coletiva próprias de cada país. A mídia televisiva e impressa tem dado ampla cobertura à pandemia que, para alguns, tem gerado um problema colateral de excesso de informações denominado de infodemia. Ainda não há desfecho nem finalização do problema em nenhum país e um outro problema colateral que também tem afetado o desenvolvimento da pandemia tem sido as “fake news”, notícias falsas veiculadas que podem dificultar a adoção de medidas de proteção.

2.10 Indicadores de desenvolvimento da pandemia: plenamente incorporados pelas notícias na mídia geral, indicadores numéricos que antes eram conhecidos apenas por especialistas passaram a ser acompanhados por países, estados, regiões, cidades e bairros. Os principais são: número de casos (suspeitos e confirmados por exames laboratoriais), número de óbitos (gerais, por doenças respiratórias e por COVID-19), número de internações em leitos hospitalares e em leitos de CTI (públicos e privados), e o número efetivo de reprodução do vírus (chamado R_0) que indica o potencial de propagação do vírus em determinadas condições. Esse último é especialmente importante, pois quando é maior que 1, significa que cada paciente transmite a doença a pelo menos mais uma pessoa, e o vírus se

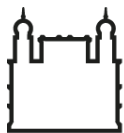


dissemina; quando é menor do que 1, o número de contágios diminui pois cada vez menos indivíduos se contaminam se entram em contato com uma pessoa infectada. Os órgãos de saúde, muitas vezes em parceria com universidades, divulgam diariamente esses indicadores para acompanhar as condições locais. No entanto, sua qualidade depende muito dos testes em laboratórios, pois são calculados com base em dados relativos aos infectados confirmados. Portanto, se houver falhas na vigilância em saúde local por carência de testagem, os dados serão de baixa qualidade e também menos confiáveis.

2.11 Situação da COVID-19 no Brasil: Após um crescimento explosivo em países europeus, especialmente Itália e Espanha, a epidemia de COVID-19 se desenvolveu no Brasil de modo intenso, impactando na vida, sobrevivência, modo de vida e na sustentabilidade da vida e do trabalho da população. Em 3 de fevereiro, o governo brasileiro declarou emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Portaria no. 188, DOU de 4.2.2020). Em 20 de março, foi declarado o estado de transmissão comunitária do coronavírus em todo o território nacional (Portaria no. 454, DOU de 20.03.2020) e, em seguida, o estado de calamidade pública (Decreto Legislativo no.6, DOU de 20.03.2020). Após um breve período de orientações adequadas visando a contenção da curva de transmissão e contágio, o Brasil desenvolve hoje um dos piores perfis de crescimento da epidemia dentre todos os países do mundo, senão o pior, considerando os indicadores de número de casos, número de óbitos e superlotação dos serviços de saúde públicos e privados relativos à COVID-19.

3. AS ESCOLAS NA CRISE DA COVID-19

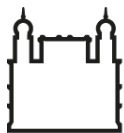
3.1 Inequidades na educação brasileira tendem a se agravar no contexto da pandemia de COVID-19: O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, considerados diversos indicadores econômicos e sociais (Campelo et al, 2018). O acesso à Educação Básica universal não foi assegurado antes da Constituição de 1934 e apenas na Constituição de 1988 foi assegurado o direito à Educação Básica, livre e obrigatória para todas as pessoas, bem como à gestão democrática das instituições de ensino e à autonomia para as universidades. Estudos revelam que a concentração de riqueza no topo da pirâmide social entre 2001 e 2015 permaneceu inalterada (Morgan, 2017). Ainda que a desigualdade seja muito mais discutida sob o ponto de vista da renda e do patrimônio, é importante considerar as inequidades de acesso a bens e serviços, dentre os quais se inclui a educação, em particular a educação nas redes públicas e nas redes privadas das diferentes regiões e municípios do país. Portanto, o tema da desigualdade no acesso à educação é complexo e a pirâmide de níveis de escolaridade no Brasil é ainda mais perversa do que a pirâmide de renda. Pelos dados oficiais do IBGE (PNAD contínua, 1o trimestre de 2020; <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919>), 47% da população mal teve acesso ao ensino fundamental (perto de 100 milhões de pessoas), pois 33% nem chegou a completá-lo, 30% tem ou teve acesso ao ensino médio (~63 milhões) e apenas 17% ao ensino superior (~35 milhões de brasileiros). A distribuição do acesso à educação por faixa de renda e de raça agregam elementos de desigualdade que não nos cabe aprofundar nessa Nota Técnica. No



entanto é esse o pano de fundo do problema do acesso à educação básica, que se agrava ainda mais no contexto da crise econômica, sanitária e social instalada com a pandemia de COVID-19.

3.2 Condições de segurança para retomada de atividades escolares: Como exemplo das condições de segurança apresentamos o caso do município do Rio de Janeiro. Os governos estaduais e municipais do Rio de Janeiro definiram a retomada das aulas presenciais para julho, mas a adiaram considerando que as condições de segurança recomendadas pela OMS, UNICEF e outros órgãos nacionais e internacionais não foram ainda atendidas no Rio de Janeiro. Tal situação enfatizou que o retorno ao ensino presencial deve ser planejado com cautela. Deve-se assegurar que haja salas de aula e infraestrutura nas escolas, assim como professores e transporte público adequados e suficientes para a retomada segura das atividades escolares, com distanciamento entre as pessoas. Não é possível garantir as condições de higiene e o distanciamento sem aglomerações nas escolas com as condições e práticas anteriores à pandemia. Mesmo com o número de testes aumentando, estes continuam insuficientes. Com a retomada das aulas presenciais haverá a mobilização de mais de um milhão de pessoas na cidade e deverão aumentar tanto o risco de infecção como a necessidade de retorno ao isolamento social, prejudicando ainda mais a saúde e a economia. Em todo o país, as boas práticas médicas nas unidades de terapia intensiva e enfermagem têm mitigado os casos graves, e a taxa de ocupação dos hospitais têm variado muito nos diversos estados, segundo a transmissibilidade a cada semana epidemiológica. O monitoramento das taxas de ocupação de hospitais e CTI é um dos indicadores mais relevantes para o acompanhamento da dinâmica de transmissão do Sars-CoV-2. Monitoramento contínuo de indicadores é importante para todos os estados e cidades e precisam ser acompanhados diretamente pelos interessados: a comunidade escolar, através das instâncias criadas pela tal função (*vide Documento complementar 2*). Como exemplo, trazemos painéis disponibilizados no Rio de Janeiro pela secretaria estadual de saúde (<http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html#>), por universidades como a UFRJ (<https://dadoscovid19.cos.ufrj.br/>) ou pela secretaria municipal de saúde (<https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4>).

Nenhum medicamento até o momento se mostrou capaz de diminuir a replicação viral em pessoas com sintomas leves e brandos, e ainda não há dados científicos que mostrem a proteção à reinfecção. No início de julho, esperanças surgiram para a população após o acordo da Fiocruz com a farmacêutica Astra Zeneca e a Universidade de Oxford para os estudos de fase 3 e 4 no Brasil, com a transferência de tecnologia para a produção da vacina contra COVID-19. A 3ª e 4ª fases de testes da vacina chinesa também ocorrerá no Brasil com o acordo firmado com o Instituto Butantan. No entanto, no melhor cenário, caso os dados destes estudos se confirmem como promissores, a vacinação de brasileiros talvez possa vir a ocorrer no final de 2020, iniciando pelos profissionais da saúde e grupos de risco. Ainda que tivéssemos as medidas de segurança implantadas (distanciamento, testagem dos frequentadores da escola e suas pessoas de contato) e mesmo que a retomada do isolamento social ocorra paulatinamente, o aumento da circulação de pessoas aumenta o



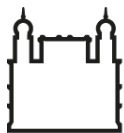
risco de transmissão. Ainda mais em escolas do ensino fundamental com o deslocamento de pais e responsáveis acompanhando crianças e adolescentes.

3.3. Oportunidades desveladas na pandemia? Apesar de todos esses problemas, pode-se encarar a crise como um copo meio cheio e meio vazio. O documento da UNICEF disponibilizado desde março pela OMS, orienta o olhar para a metade cheia do copo, alertando que: “Hoje, crianças e jovens são cidadãos globais, são poderosos agentes de mudança e são a próxima geração de cuidadores, cientistas e médicos. Qualquer crise apresenta a oportunidade de ajudá-los a aprender, cultivar compaixão e aumentar a resiliência, enquanto constrói uma comunidade mais segura e atenciosa. Receber informações e fatos sobre a COVID-19 ajudará a diminuir os medos e ansiedades dos alunos em relação à doença e apoiará sua capacidade de lidar com quaisquer impactos secundários em suas vidas.”

3.4. Nada será como antes: Não haverá retorno à situação anterior. Provavelmente, mesmo com uma vacina contra a COVID-19, serão necessárias a vigilância epidemiológica e a pesquisa científica da infecção e da reinfecção, bem como o desenvolvimento de testes diagnósticos, tratamentos e vacinas. Não se conhece o tempo de proteção deflagrado em pessoas assintomáticas ou curadas da COVID-19 e já foram identificados vírus SARS-CoV-2 com mutações que poderão impingir o convívio sazonal com novos coronavírus, além do convívio concomitante com os vírus influenza, que também causam mortes, e para os quais são desenvolvidas vacinas anuais, dada sua enorme variabilidade (Li et al. 2020). Adequações na infraestrutura escolar e no tratamento do esgoto doméstico emergiram como prioridades. E o próprio conteúdo curricular deverá se adequar ao que é prioritário para a defesa da vida, incluindo novas habilidades e competências não registradas anteriormente. Analisando um cenário de curto e médio prazo que considera o possível distanciamento social intermitente até o alcance da imunidade coletiva (http://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/manual_reabertura.pdf nota técnica sobre distanciamento social- Fiocruz- 28/05/2020), nos vemos obrigados a considerar a adoção compulsória e responsável do ensino remoto na educação básica. Esta modalidade de ensino é observada na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação como ensino a distância, no art. 32 IV § 4º, podendo ser utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

3.5. Cada escola tem sua peculiaridade: não há solução que se adeque à todas as escolas, e nem solução que atenda a todos os segmentos diferenciados de uma mesma escola. Nesse sentido traz-se a sugestão principal deste trabalho: a construção, em cada escola, de um **Plano Integrado e Intersetorial Local** de ações para o enfrentamento e convívio com a COVID-19, com ações sanitárias e educacionais, em sintonia com o planejamento de instâncias regionais e macrorregionais e respeitando a singularidade de cada escola.

3.6. Porque um Plano Integrado e Intersetorial Local de Ações: é real a preocupação com o retorno do funcionamento das escolas na complexa situação sanitária e econômica que vive

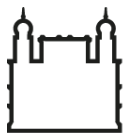


o país com a pandemia da COVID-19 e todos os demais agravos que acometem a população e, em particular, a comunidade escolar. Para situações complexas é preciso propostas inovadoras, criativas e coletivas, fruto de um engajamento real da população afetada, e com a devida dimensão de informação, compreensão e conhecimento advindas da reflexão sobre o problema. Esta integração entre a comunidade escolar e a sociedade está preconizada no art. 12 ,VI da Lei 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação. É nesse sentido que um **Plano** estruturado localmente, no qual os atores locais sejam protagonistas tanto da criação e redação, como da responsabilidade de execução, e ajam de modo **integrado** pode ser um grande diferencial. Tal desafio, sem respostas prontas nem modelos pré-definidos, sinaliza um momento novo, em que a crise e a complexidade podem originar **ações intersetoriais** entre os agentes e órgãos de saúde, educação, transporte, infraestrutura, geração de renda, segurança alimentar, entre outros itens relevantes em cada contexto específico. Nesse plano serão componentes essenciais:

(1) a **preservação da saúde das pessoas e do ambiente**, que, tanto no ambiente escolar, quanto na ambiência de relações estabelecidas na escola e no ambiente externo devem configurar as ações de promoção da saúde na escola com impacto no ambiente em que se insere a escola. Orientações diretas sobre biossegurança e proteção a vida podem ser consultadas no Manual sobre biossegurança para reabertura das escolas no contexto da COVID-19 (http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/manual_reabertura.pdf)

(2) as **soluções educacionais para o surgimento dessa nova escola**, que precisará articular: ensino híbrido presencial e remoto, diversas tecnologias de informação e comunicação, aberturas e fechamentos de turmas e até de toda a escola, recebimento e afastamento de alunos acometidos ou não pela COVID-19 e formação de cidadãos globais, como recomenda a OMS, conscientes de seu papel na sustentabilidade da vida desde a sua casa e a sua família até a dimensão planetária. Nesse contexto, a educação em saúde e ambiente e/ou educação ambiental para promoção da saúde, apresentam temas que exigem interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e a educação em ciências e matemática, assumem urgência e centralidade impostas pela própria pandemia e pela extrema dependência que o planeta tem hoje de novas compreensões e soluções apontadas pelas ciências. Além disso, a percepção da ciência como parte da cultura, e sua integração com as artes, são elementos centrais das inovações educacionais a serem pensadas e implementadas nesse novo contexto;

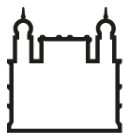
(3) uma **Comissão Interna de Saúde e Ambiente na Escola**, uma nova instância de integração e de articulação para implementar as ações planejadas e acompanhar o plano em médio e longo prazo. Uma comissão, composta também de modo interprofissional e intersetorial, que aproprie e fixe na escola a competência de avaliar, a cada momento, a situação de saúde local e as medidas necessárias em diferentes cenários e contextos epidemiológicos, socioeconômicos e culturais com assessoria direta de instituições de ensino e pesquisa. A comissão poderá incorporar as ações relacionadas à comunicação interna de biossegurança e proteção da vida descritas no Manual sobre Biossegurança para reabertura das escolas no contexto da COVID-19 publicado pela Escola Nacional de Saúde Pública.



4. ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS INOVADORAS PARA ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

4.1. A Escola do século XXI em tempos de pandemia e pós pandêmica precisará ser uma nova escola, uma escola renovada, uma escola inovadora, uma escola do agora: Esta proposta de escola inovadora atende aos princípios, conceitos e requisitos expressos nas diretrizes curriculares da educação básica (DCN) (Brasil, 2013). Esta escola do século XXI se propõe a resgatar e aperfeiçoar o programa da Escola Promotora da Saúde do Ministério da Saúde. Esta foi descrita como uma estratégia intersectorial de Promoção da saúde no espaço escolar compreendendo três pilares principais: (i) educação em saúde com enfoque integral, (ii) criação de entornos saudáveis e (iii) provisão de serviços de saúde (BRASIL, 2007). Com a ampliação do conceito de saúde, proposto pela OMS, a escola do século XXI não pode pensar as suas atividades apenas na saúde humana, mas baseada nas ações humanas, constituir a saúde planetária. Para que esta nova escola seja considerada promotora de saúde planetária deve oferecer um ambiente saudável e acolhedor e uma ambiência saudável, permeada por relações interpessoais harmônicas e colaborativas de forma a envolver a participação de toda a comunidade escolar. O ambiente escolar deve ser um espaço promotor de saúde planetária, criando relações dialógicas que devem assegurar a educação global, uma, sistêmica, reflexiva, crítica e criativa, desenvolvendo habilidades e atitudes que valorizam a vida. Neste sentido, a escola promotora da saúde planetária visa o ensino para o desenvolvimento da cidadania planetária e pretende ser colaborativa, reconectada com a comunidade escolar, valorizando a voz de todos os integrantes do sistema escolar, sendo, portanto, uma escola que oferece diálogo de saberes. Esta nova escola é híbrida na sua essência, preza o ensino híbrido, resgatando a educação reflexiva, emancipatória, autônoma e singular do processo de ensino aprendizagem como descrito no DCN (Brasil, 2013, p. 19), rompendo com a cultura do “conteudismo”, que tem sido vivenciada pelas escolas até então e que foi potencializada pela pandemia em alguns contextos. Adicionalmente a pedagogia da escola do século XXI, as tecnologias digitais são consideradas ferramentas que visam contribuir para a construção do conhecimento. O cerne deste ensino está na personalização do processo de ensino aprendizagem, o aluno é o protagonista com a mediação do professor.

4.2. Mudanças no Projeto Político Pedagógico da escola serão necessárias: O projeto político pedagógico da escola é o fazer da escola, é a descrição da sua identidade, da singularidade daquela comunidade escolar e, portanto, deve expressar a sua construção coletiva, conforme o princípio relativo ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 3º da Lei 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação). O mundo está em transformação, a sociedade humana está sendo obrigada a mudar e, portanto, uma nova escola precisa surgir, pautada na dialogicidade, solidariedade e amorosidade. A escola do século XXI está em processo de construção coletivo e se caracteriza por ser sistêmica, complexa, ecológica e híbrida, tendo como objetivo principal o educar para a vida e para uma cidadania planetária. Segundo DCN (Brasil, 2013, p.24) expressam uma produção de saberes. Apresenta os seguintes pressupostos teóricos de base: Teoria da complexidade de Edgar



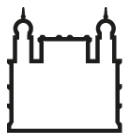
Morin (2000, 2003) e o pensamento complexo; Pedagogia crítico-social de conteúdos (Saviani, 2001), Educação Popular e pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1996); Ensino híbrido (Bacich, Neto e Trevisani, 2015) e os eixos formativos da educação ambiental crítica com ênfase no sentimento de pertencimento e no Movimento Coletivo Conjunto (Guimarães, 2012). Sugere-se, a partir desta nova realidade, uma mudança no projeto político pedagógico das escolas, pois se os objetivos da escola mudaram e as atuações dos atores sociais envolvidos com a aprendizagem mudaram, o projeto precisa acompanhar estas mudanças. Sugere-se, como parte dos valores apresentados pelas escolas, respeitando suas singularidades, os seguintes valores básicos: **respeito a vida, cuidado com o coletivo e com o planeta, co-responsabilidade ambiental e social e comunicação efetiva**. A comunidade escolar e os demais atores sociais que apoiam a escola (diferentes setores da sociedade) tem participação na construção deste projeto. Para esta nova realidade, precisamos priorizar as ações, desenvolver projetos inter- e transdisciplinares e fomentar processos formativos para todos os integrantes da comunidade escolar, sendo eles: discentes, docentes, gestores educacionais, funcionários, alunos e responsáveis. Para tanto apresentamos algumas prioridades de ações. Este documento não se destina ao como fazer, não é um manual, mas direciona, busca auxiliar o processo de construção desta nova escola.

5. ATIVIDADES PRIORITÁRIAS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA O POSSÍVEL RETORNO DAS AULAS

O funcionamento de cada escola busca atender às necessidades locais, estar vinculado às condições mínimas ambientais necessárias para o funcionamento com segurança para todos, e será desenvolvido um a um, escola a escola, mesmo aquelas de uma mesma rede, incluindo a comunidade escolar em todos os processos decisórios. Sugere-se a realização de ações prioritárias, que estamos chamando neste documento de atividades prioritárias para o planejamento das ações para o possível retorno das aulas. Estas ações precisam ser realizadas com a participação efetiva da comunidade escolar, **antes** da abertura física da escola e **antes do retorno de qualquer atividade presencial nas escolas**. As ações são: Reconexão, Acolhimento dos educadores, Ambiência da escola, organização do cotidiano escolar e criação da comissão interna de saúde e ambiente.

5.1. Reconexão: Valorizar ações para a conexão de toda a comunidade escolar:

- (i) da escola com alunos e famílias – Esta conexão está focada no levantamento das necessidades em saúde de cada família dos alunos pertencentes a escola. Tem por finalidade reafirmar o papel social da escola, como promotora de saúde no sentido amplo, além de reconquistar a comunidade para a não evasão e o enfrentamento coletivo das mudanças necessárias, com ações pedagógicas mais adequadas a cada segmento, respeitando a singularidade de cada família de cada comunidade;
- (ii) conexão intersetorial no território escolar- Para que a escola possa funcionar e se tornar novamente referência para a comunidade, o setor da saúde, principalmente o de PSE (programa de saúde na escola) e assistência social devem convergir suas atividades para



atender às necessidades das famílias, especialmente a sua segurança alimentar, segundo seus territórios, comunidades e escolas, cada qual com sua peculiaridade;

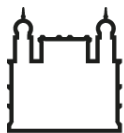
- (iii) conexão com outros setores públicos - A conexão dos diversos setores públicos com a escola, tais como segurança e transporte, torna-se imprescindível para garantir a segurança do entorno da escola e as condições de acesso à mesma. Sugere-se políticas públicas específicas para estas áreas, com garantia de acessibilidade ao ambiente escolar. Além disso, sugere-se também parcerias com a educação superior através dos institutos de educação e universidades para apoio, dentre outros, a fim de garantir a complexidade do processo.

5.2. Acolhimento em saúde emocional e/ou mental da comunidade escolar: Esse acolhimento é uma demanda identificada por professores e gestores como essencial e preliminar. Também priorizada em demais documentos da Fiocruz para o enfrentamento da COVID-19 (Saúde do Trabalhador- parte IV do Manual sobre Biossegurança para reabertura as escolas no contexto da COVID-19). Visa:

- (i) garantir o equilíbrio emocional e mental da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, gestores e famílias) nas Unidades Escolares, buscando oportunizar a escuta, propiciando suportes de apoio psicológico;
- (ii) buscar na intersetorialidade pública e/ou oportunizar parcerias com as Universidades, Terceiro Setor e instituições de saúde, o apoio para a saúde mental em regime de acolhimento seja por telefone ou atividades utilizando softwares ou aplicativos de videochamadas;
- (iii) incentivar o convívio remoto com apoio mútuo e colaboração entre os envolvidos para entendimento dos problemas mentais que acometem a comunidade, importantes na construção e manutenção da ambiência escolar, reduzindo o sofrimento mental provocado pela pandemia.

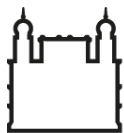
5.3. Ambiência escolar - As ações que visam promover ambiência escolar, priorizando a reconstrução do vínculo afetivo do aluno com o espaço da Escola, permitem o reconhecimento de pertencimento e de segurança da comunidade com a escola e a prevenção da evasão escolar. Cabe à instituição de ensino adequar a forma de comunicação mais efetiva, sendo coerente com a realidade escolar. Tais ações poderão aproximar as famílias da escola e poderão ser promotoras de ações pedagógicas conjuntas frente às instâncias envolvidas: aluno, professor, funcionário, gestor e família, a fim de garantir aquisição de conhecimentos de forma mais qualitativa e humanizada. Elas contribuem para o entendimento de que a aprendizagem se dá nas relações, através do processo de construção individual e coletiva de conhecimentos.

5.4. A organização do cotidiano da escola - A reconfiguração do espaço escolar e do processo de aprendizagem já era uma demanda anterior à pandemia do COVID-19 e ficou mais evidente após a necessidade de distanciamento social. A escola precisa ser percebida não



como um ambiente transitório para o sujeito, mas, em conjunto com Centros de Saúde e Cultura, como um ambiente de referência no território que extrapola seus limites físicos. Segundo a nota técnica sobre distanciamento social publicada pela Fiocruz em 28/05/2020, são concebidos cenários epidemiológicos para a COVID-19 com ações de distanciamento social intermitentes pelos próximos anos. Neste sentido, considera-se:

- (i) **a adoção compulsória e responsável do ensino híbrido** com atividades diversas: remotas, presenciais e presenciais virtualizadas. Esse ensino híbrido levará em consideração as atividades assíncronas (realizadas de forma remota, com ou sem uso de tecnologias digitais) e síncronas (presenciais ou presenciais virtualizadas), a organização do cotidiano escolar deve ser pensada e planejada. Além disso, qualquer atividade que seja realizada no espaço físico da escola deverá respeitar as recomendações sanitárias que estão descritas no complemento I desta nota. É importante ressaltar que as atividades assíncronas não são aquelas dedicadas a aquisição de informações ou fixação de conhecimentos (“dever de casa”), mas sim aquelas que estimulam a construção de conhecimentos e criação de significado pelos alunos (Resende, 2012).
- (ii) **a construção de novas rotinas**, respeitando as realidades locais, o contexto econômico, social e cultural, bem como as vulnerabilidades existentes. Diariamente a comunidade escolar deve nutrir um sentimento de pertencimento ao ecossistema escolar. Um espaço de todos, para todos. No entanto, espaço de aprendizagem é um ambiente vivo, se dá tanto no espaço da escola como em casa, sendo necessário que o planejamento escolar se adeque à diversidade dos alunos, assegurando condições de aprendizagem onde eles estiverem, respeitando-se as etapas e modalidades, seus processos de aprendizagem e singularidades. Nas atividades presenciais será necessária a distribuição de um menor número de alunos nos espaços físicos escolares (vide complemento I da Nota Técnica). Sugere-se abordagem de aprendizagem por grandes áreas de conhecimento (e seus respectivos componentes curriculares) e por grupos (anos iniciais, anos finais ou ensino médio) evitando, assim, a separação por séries e a divisão por disciplinas, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), desenvolvendo, assim, atividades inter e transdisciplinares. Esta lógica viabiliza o rodízio de alunos no ambiente físico escolar e o aproveitamento de espaços dentro e fora da escola formal para realizar o processo educativo, como por exemplo clubes, associação de moradores, dentre outros.
- (iii) **a adoção de um sistema de rodízio**, que leva à incorporação de atividades remotas, realizadas em casa de forma organizada e mediada por professores ou tutores que, por exemplo, poderão ser identificados/agregados dentre licenciandos ou pós-graduandos em estágio-docência. Atividades de aprendizagem feitas em casa poderão ser, preferencialmente, voltadas para realização de tarefas que desenvolvam a **conexão** com a comunidade e território (observação e intervenção no ambiente), autonomia, colaboração (trabalho em grupo virtual), reflexão e apropriação de conhecimento. Neste sentido, sugere-se que elas sejam contadas como horas dedicadas ao processo de aprendizagem.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

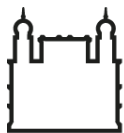
Instituto Oswaldo Cruz

(iv) a adoção de outras ações voltadas para a segurança dos alunos, conforme preconizado no complemento 1 em anexo a esta nota e no Manual sobre Biossegurança para reabertura as escolas no contexto da COVID-19 (EPSJV, 2020).

5.5. A Comissão Interna de Saúde e Ambiente: Praticamente todas as escolas têm alguma instância de integração comunitária para opinião e/ou deliberação sobre pontos de interesse. Em alguns casos chamam-se Conselhos Escolares, em outros Conselhos de Pais e Mestres, ou qualquer denominação similar. A Comissão aqui proposta se constitui como um diferencial das demais, porém articulada e/ou derivada daquelas. Sua criação está sendo proposta para consolidar a nova cultura de saúde, segurança, solidariedade, confiança e sustentabilidade necessárias para a nova escola, a médio e longo prazo. Para isso, os participantes devem ser representativos de todas os atores sociais que compõem a comunidade escolar de forma voluntária, bem como membro(s) do Programa Saúde na Escola (PSE) e outros convidados externos, incluindo educadores e especialistas da academia, especialmente a rede pública, incorporados para consultoria técnico-científica. Esta comissão seria a responsável por manter viva e reconexão (item 5.1), por viabilizar através de parcerias o acolhimento de saúde emocional e mental da comunidade escolar (item 5.2), por promover a qualidade de ambiência escolar (item 5.3) e por acompanhar e garantir o funcionamento da organização do cotidiano desta nova escola (item 5.4). A comissão poderá ser instituída em reunião com todas as representações e iniciar as atividades antes de qualquer atividade presencial na escola, podendo permanecer ativa até quando a comunidade escolar decidir (em reunião). Sugere-se que os membros desta comissão passem por um processo formativo específico em saúde e ambiente, oferecido por instituição de ensino e/ou pesquisa superior como atividades de extensão ou cursos de curta duração.

6. O ENSINO HÍBRIDO E O COTIDIANO DA ESCOLA

6.1. Ensino híbrido é inovador: O ensino híbrido é uma proposta inovadora (mas não necessariamente nova), que está pautada na autonomia do aluno e na construção do conhecimento mediado pelo professor durante o processo de ensino e aprendizagem focado na realidade local. O ensino híbrido se estabelece como um processo híbrido de aprendizagem, onde ocorre o resgate das pedagogias crítico-reflexivas de ensino, integrando as atividades remotas de aprendizagem, podendo ou não utilizar as tecnologias digitais. As atividades assíncronas ou remotas são realizadas fora do ambiente físico da escola, respeitando o tempo de acomodação da aprendizagem pelo aluno, mas com a mediação do professor. Como vivemos em mundo onde a comunicação digital é uma realidade, estas tecnologias são muito utilizadas no ensino híbrido, mas não essenciais. As atividades síncronas podem acontecer no ambiente físico ou virtual através de encontros para refletir, discutir, compartilhar conhecimentos e desenvolver habilidades e atitudes do cidadão promotor de saúde planetária. Se for no ambiente virtual, as atividades síncronas não devem passar de duas horas. Se hoje o ensino híbrido nasce de uma necessidade imposta pela pandemia quanto ao uso de tecnologias remotas, sua tendência é superar essa necessidade

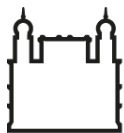


emergente e passar de uma adoção transiente para permanente. Esta proposta híbrida atende ao preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (Brasil, 2013, p. 24), onde a interatividade virtual se constitui uma ferramenta a ser incluída no cotidiano escolar, estimulando a criação de novos métodos didático- pedagógicos.

6.2. Valores do ensino híbrido: O cerne do ensino híbrido está pautado na personalização do conhecimento, respeitando a cultura, a diversidade, as singularidades, quebrando o paradigma da educação bancária, do “conteudismo” e prevalecendo a ação-reflexão-ação e as pedagogias ativas de aprendizagem. As tecnologias digitais no ensino híbrido não são valores, mas sim ferramentas que contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Ainda que o ensino híbrido seja uma tendência mundial na educação, deve-se manter em mente a necessidade inegociável da interação professor-estudante-família-comunidade que acontece, preferencialmente nos momentos presenciais. Algumas necessidades identificadas neste novo tempo e nesta modalidade de ensino são a aprendizagem significativa, contextualizada, plural, integrativa, contra hegemônica e aplicada em problemas e em projetos. Para tanto precisa-se de intenso desenvolvimento da criatividade e de inovação. Precisa-se de práxis inclusiva e criativa, de interação, cooperação e empatia, respeitando a singularidade de cada comunidade escolar. Os momentos presenciais serão momentos de consolidar conhecimento, debater, questionar, intervir, criar, ouvir, cuidar, enfim, engajar e fortalecer o protagonismo do aluno, visando a formação do sujeito ético, crítico, solidário, empático, reflexivo e colaborativo.

6.3. O cotidiano de implementação do ensino híbrido: será preciso levar em consideração, principalmente como serão realizadas as atividades assíncronas. A escola precisará disponibilizar alternativas para os alunos, para além das tecnologias digitais, como roteiro de estudos e estudos dirigidos, organizando a entrega do material impresso de acordo com a necessidade de cada unidade escolar, no momento presencial do aluno ou enviadas às famílias de casa em casa, caso seja necessário. Outras alternativas bastante viáveis serão o uso de rádio comunitário para o engajamento da comunidade do processo de aprendizagem dos alunos, bem como o aproveitamento de programas de televisão aberta, em canais diversos que dediquem horário à educação através de parcerias com as redes de ensino. Evidentemente que aqui um novo cenário se abre para a atuação de educadores, com a preparação de novos repertórios de vídeo-aulas e de podcasts para essas mídias de TV e/ou rádio.

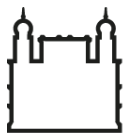
6.4. Inclusão digital necessária: Quanto ao uso de tecnologias digitais para as atividades assíncronas, deve-se levar em consideração a **falta ou a deficiência do acesso à internet** pelos alunos. Ouvir e estar atento se faz necessário. Conforme descrito nas DCN (Brasil, 2013, p.24) “a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital”. Neste caso sugere-se parceria com operadoras de telefonia móvel, a fim de garantir a oportunidade de acesso às atividades assíncronas e síncronas em ambiente virtualizado. Sugere-se para minimizar as desigualdades de



oportunidade, o envio do material por redes sociais em que o consumo de dados seja gratuitamente incluído na franquia da operadora. As tecnologias digitais são poderosas ferramentas de comunicação, que disponibilizadas para todos, podem contribuir para o melhor engajamento da comunidade escolar.

6.5. *Inclusão educacional essencial:* neste sentido de inclusão não só digital, mas educacional, acreditamos que os alunos com necessidades especiais e o Ensino de Jovens e adultos devem ter atenção na implementação do ensino híbrido. No caso da Educação Especial, e suas famílias, merecem ainda mais atenção, sobre as quais o isolamento social tornou as questões emocionais ainda mais desafiadores, pois os alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, tiveram uma ruptura abrupta de rotina. Sugere-se que a aprendizagem destes alunos deva ser direcionada a partir do Plano Educacional Individualizado (PEI) com as adaptações necessárias, privilegiando o lúdico, com apoio visual e concreto. O estreitamento dos laços com a família é de extrema necessidade para que a escola oriente e dê o suporte necessário. O ensino personalizado, básico do ensino híbrido, tem destaque nesta modalidade. Para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), formado na sua maioria por trabalhadores essenciais e/ou de grupos de risco, sugere-se o que o ensino diferenciado, com atividades remotas, esteja relacionado e adaptado ao tipo de trabalho desempenhado pelos alunos, de preferência com o apoio de programas de televisão e rádio.

6.6. *Frequência e avaliação:* A frequência e o processo avaliativo também precisarão ser revistos, o que implicará em mudança nas práticas didáticas tradicionais. Toda e qualquer atividade realizada de forma remota mediada pelo professor deve ser contada como frequência para o aluno. A questão avaliativa deve fazer parte do processo de aprendizagem e não ser um processo que disciplina, que pune ou que exclui socialmente. Aprender é saber executar uma nova ação, a partir da significação do conhecimento. O aluno precisa saber se ele é capaz de realizar a ação com sucesso e o professor pode auxiliar no caminho desta conquista, atentamente e valorizando a diversidade. Esse processo independe da presença física concomitante do professor e aluno na escola. Neste sentido, sugere-se evitar a avaliação somativa e fortalecer a **avaliação formativa**, onde o erro ou falha na realização da atividade é visto como uma oportunidade de revisitar o processo de aprendizagem que envolve alunos e professores. Na avaliação formativa é imperativo que o professor converse com os alunos fazendo uma análise da ação realizada e como ela poderia ter sido melhor realizada, se for o caso. Além disso, é importante considerar a autoavaliação dos alunos e até mesmo a avaliação entre alunos em atividades que exijam a colaboração entre os pares como parte da avaliação de cada aluno. Os critérios de avaliação qualitativa devem levar em consideração que muitas vezes, as atividades não alcançam todos os alunos e que questões como desemprego, falta de segurança alimentar, saúde mental no momento da pandemia, casos de falecimento e pessoas doentes na família, entre outras questões adversas, podem interferir na aprendizagem dos alunos. Isso posto, o ciclo de aprendizagem envolvendo todos os atores da comunidade se fecha: preparação das atividades pelo professor com apoio da escola; execução das atividades (ação) pelos alunos; análise e devolução das ações realizadas pelo professor; criação de significado pelos alunos que está pronto para novo conhecimento.

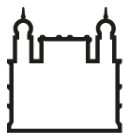


7. PROCESSOS FORMATIVOS PARA DIFERENTES ATORES DA COMUNIDADE ESCOLAR

7.1. Formação urgente e necessária para a nova escola: mais do que os conteúdos, as discussões que irão fluir também orientarão a construção de novos processos formativos da escola que emergirá da crise evidenciada pela pandemia. Está claro que o modelo pedagógico de desenvolvimento de competências não atende às necessidades básicas e nem fomenta a redução das desigualdades sociais. Será necessário um trabalho com pensamento sistêmico, onde consideramos a educação do e para o cuidado, a escola conectada - no sentido lato sensu da palavra - que cria laços com a comunidade, o território e o mundo, a escola do afeto, solidária e empática. Será necessário que os planos de ação pensem/localizem inicialmente propostas formativas para os cinco segmentos envolvidos na construção dessa nova escola: os professores, os funcionários, os gestores, os alunos, familiares e as próprias Comissões Internas de Saúde e Ambiente. Incentivando o protagonismo, autonomia e responsabilidades sobre a construção dessa nova escola.

7.2. Responsabilidades e parcerias: Os gestores locais são aqueles que darão o tom do processo de governança, já que têm papel articulador e visão sistêmica do processo. Nesse sentido, é importante realizar um planejamento estratégico com análise de cenários diversificados e criação de estratégias de atuação gerencial e pedagógica da Escola. Aos gestores cabe articular as propostas de viabilização do processo de aprendizagem com segurança e eficácia. No entanto, essa também é uma responsabilidade da sociedade como um todo. Do mesmo modo, enquanto sociedade, as escolas poderão demandar apoio de **universidades e institutos de pesquisa** que têm pesquisado e trabalhado nesses temas na última década, em especial dos programas de pós-graduação em ensino e em educação. É muito robusta a comunidade constituída no país em torno dos problemas da educação e do ensino, incluindo a educação em ciência, em ambiente e em saúde. Docentes e especialistas para todos os temas e desafios identificados poderão atuar e/ou mobilizar discentes e ex-alunos para essa frente de cooperação na construção das novos meios e estratégias de ensino. Gestores poderão, ainda, contar com as **Escolas de Governo** tanto na formação dos professores quanto na gestão da Escola do século XXI. Uma vez que os gestores contem com apoio técnico, os profissionais estejam qualificados e a comunidade comprometida, será o momento de dirigir o olhar para a comunidade e seu território e analisar a Escola pode atingir seus objetivos educacionais e sociais. Não haverá solução única eficaz a todas as escolas, logo deve-se estimular e dar subsídios às soluções locais.

7.3. E os professores? Na nova abordagem pedagógica que se desenha, os professores se tornam cada vez mais **mediadores do processo ensino aprendizagem**. Para o ensino híbrido não há mais espaço para um professor como profissional que apenas disponibiliza conteúdo, mas sim aquele capaz de "*orientar o aluno no uso dos materiais didáticos e demais meios e recursos a seu alcance; ajudar a superar as dificuldades que se apresentam ao aluno nos estudos e na compreensão dos conteúdos e motivar o aluno e fomentar a sua autoestima*" (Carneiro e Turchielo, 2013). O professor irá enfrentar mais um desafio para adquirir novas competências, não só digitais, mas aquelas que viabilizarão a pedagogia voltada para a



educação na era do conhecimento, contemplando primordialmente a afetividade, a identidade, a imaginação e a liberdade. Pode-se lançar mão de ferramentas educacionais e tecnológicas como, por exemplo, o uso de **metodologias ativas** como aprendizagem baseada em problemas ou projetos, sala de aula invertida, instrução por pares/ensino sob medida entre outras, ou até mesmo abordagens pedagógicas como o Método dos Projetos. É importante notar que essas são ferramentas e, portanto, são apenas um meio para executar o processo ensino aprendizagem e não um fim em si. Apoiado nos princípios e valores da comunidade local e em parceria com a comunidade escolar, o professor poderá escolher a melhor forma de desenvolver os domínios cognitivos, afetivos e psicomotores dos estudantes. Dentro desta abordagem que **não cabe uma pedagogia única**, o professor poderá gerenciar e criar o material didático que será usado na escola. Daí surge a proposta do **treinamento em curadoria** que trabalhará, pelo menos, dois grandes tópicos: (i) direitos autorais dos materiais que são usados pelos professores, principalmente em ambientes virtuais, em momentos assíncronos (material gravado ou disponibilizado sem a autorização do autor ou detentor da licença autoral); (ii) incentivo ao registro e compartilhamento de produtos autorais dos professores através do licenciamento jurídico gratuito, como “Creative Commons”, por exemplo, ou em repositórios específicos, como o EDUCAPES e similares.

7.4. Um nome para o projeto da nova escola, da escola para o século XXI, para a escola inovadora e transformadora? Construído o **Plano Integrado Intersectorial Local** em cada escola, um termo pode ajudar a ser definidor: a **ESCOLA INOVAGORA**, que surge para esse tempo do agora, que surge como inovação local e coletiva, que transforma e supera a escola que existia antes da pandemia de COVID-19.

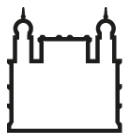
REFERÊNCIAS EM GUIAS E NORMATIVAS INSTITUCIONAIS (em ordem cronológica)

OMS/UNESCO: Key Messages and Actions for COVID-19 Prevention and Control in Schools March 2020. https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/key-messages-and-actions-for-covid-19-prevention-and-control-in-schools-march-2020.pdf?sfvrsn=baf81d52_4&gclid=CjwKCAjwr7X4BRA4EiwAUXjbt91JSDO6n_YHZSirZulU8n-Q7SxVHzLvGP4IFRijVvm6RL-0Y6MhoCVn0QAvD_BwE

OPAS/OMS Brasil. Folha informativa. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

COVID-19 Estratégia de Gestão. Instrumento para apoio à tomada de decisão na resposta à pandemia da COVID-19 na esfera local. 1a. edição, 25 de junho de 2020. https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Estrate%CC%81gia-de-Gesta%CC%83o-Covid-19-atualizado.julho_.pdf

FIOCRUZ/MS: Plano de Contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS-CoV-2 (COVID-19). Março de 2020.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/plano_de_contingencia_fiocruz_covid19_2020-03-13_v1-1.pdf

UNESCO/UNICEF: Recomendações para a reabertura de escolas. Abril de 2020.
<https://www.unicef.org/media/68886/file/PORTUGUESE-Framework-for-reopening-schools-2020.pdf>

CNTE: Diretrizes para a educação escolar durante e pós-pandemia: contribuições da CNTE. Junho de 2020.
https://cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_diretrizes_enfrentamento_coronavirus_final_w eb.pdf

ENSP/FIOCRUZ: Documento sobre retorno às atividades escolares no Município do Rio de Janeiro em vigência da pandemia Covid-19 – 29/6/2020. <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/49297>

MPT: Nota Técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa da saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19. NT 11/2020. Junho de 2020.
http://www.abrafi.org.br/js/ckeditor/foto_internas/PGT.MPTNOTATECNICA11PROFESSORESA S.pdf

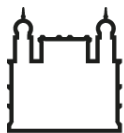
SMS Rio de Janeiro: Protocolo de Prevenção à COVID-19. Medidas para o retorno das atividades escolares: Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio - REGRAS DE OURO. Junho de 2020.
<http://www.colegio24horas.com.br/sineperio/arquivos/protocolo%20ensino%20m%C3%A9dio .pdf>

SMS Rio de Janeiro: Protocolo de Prevenção à COVID-19. Medidas para o retorno das atividades escolares: Creches e Escolas de Educação Infantil - REGRAS DE OURO. Junho de 2020.
<http://www.rio.rj.gov.br/documents/4144698/84e29251-a0ae-4a3a-9887-eff441f85bc3>

SMS Rio de Janeiro: Protocolo de Prevenção à COVID-19. Medidas para o retorno da EDUCAÇÃO ESPECIAL - REGRAS DE OURO. Junho de 2020.
<http://www.rio.rj.gov.br/documents/4144698/8f3cb850-5e8c-480a-aa1e-3bfb339b63c>

SMS Rio de Janeiro: Protocolo para retomada das atividades de Universidades e Cursos em geral - REGRAS DE OURO. Junho de 2020.
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10308893/4287260/Protocolo_RO_Universidad e_versao_2020_06_28.pdf

UNDIME: Subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas na perspectiva das redes municipais de educação. Junho de 2020. <https://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Subs%C3%ADdios-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-protocolos-de-retorno-%C3%A0s-aulas-na-perspectiva-das-RME.pdf>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

CNE: Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Parecer CNP/CP No: 11/2020. Julho de 2020. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192

SES/SEPT: Protocolo de biossegurança para retorno nas Instituições Federais de Ensino. Julho de 2020. <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas-1/coronavirus/CARTILHAPROTOCOLODEBIOSSEGURANAR101.pdf>

EPSJV/FIOCRUZ: MANUAL SOBRE BIOSSEGURANÇA PARA REABERTURA DE ESCOLAS NO CONTEXTO DA COVID-19. 13/7/2020 https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/manual_reabertura.pdf

ENSP/FIOCRUZ: Documento sobre retorno às atividades escolares no Brasil em vigência da pandemia Covid-19 – 20/07/2020. <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/642e0df1e3a1ae36979cac098a1294ffe3b4716d.PDF>

ICICT: Populações em risco e a volta às aulas: Fim do isolamento social / Nota Técnica 12 [divulgado em 22/07/2020] https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota_tecnica_12_monitoracovid19.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS (em ordem alfabética)

BACICH L, NETO AT, TREVISANI FM. Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

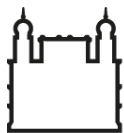
BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana Da Saúde. Escolas promotoras de saúde: experiências no Brasil. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2020.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 de julho de 2020.

CAMPELO T., GENTILI P. RODRIGUES M, HOEWELL G.R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde Debate, Rio de Janeiro 42 (n. Especial 3): 54-66, 2018.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

CARNEIRO MLF, TURCHIELO LB (orgs.). Educação a distância e tutoria: considerações pedagógicas e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FREIRE P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES M. A Formação de Educadores Ambientais. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LI Y., WANG X, NAIR H. Global seasonality of human seasonal coronaviruses: a clue for post-pandemic circulating season of SARS-CoV-2 virus? J Infect Dis 2020 Jul 21;jjaa436. doi: 10.1093/infdis/jjaa436.

MORGAN M. Income Inequality, Growth and Elite Taxation in Brazil: New Evidence Combining Survey and Fiscal Data, 2001-2015 [internet]. In: 70. Meeting of the Society for the Study of Economic Inequality. 2017 p. 1-11. Disponível em: https://ipcig.org/pub/eng/WP165_Income_inequality_growth_and_elite_taxation_in_Brasil.pdf

MORIN E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed., São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

MORIN E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. Edgar Morin e o Pensamento complexo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXm029AiSgU>. acesso em 29 de janeiro de 2020.

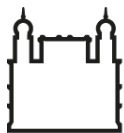
MORIN, E. Edgar Morin, o arquiteto da complexidade. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1391/edgar-morin-o-arquiteto-da-complexidade>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

RAJMIL L. Role of children in the transmission of the COVID-19 pandemic: a rapid scoping review. BMJ Paediatr Open. 2020;4(1):e000722. Published 2020 Jun 21. doi:10.1136/bmjpo-2020-000722

ROWLEY AH. Understanding SARS-CoV-2-related multisystem inflammatory syndrome in children. Nat Rev Immunol 20, 453–454 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41577-020-0367-5>

RESENDE TF. Dever de casa, espelho de desigualdades educacionais e sociais. Educação em Revista, v. 28, n. 3, p. 159-184, 2012.

ROSAS, A.S. Paulo Freire na trilha da criatividade libertadora. Interritórios - Revista de Educação V.2, N.2, p:1-14. 2016.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz

Participaram do grupo de trabalho que redigiu essa Nota Técnica

1. Adriana Vallochi – pesquisadora do IOC/Fiocruz
2. Clélia Christina Mello Silva A Costa – pesquisadora do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS
3. Daniel Salvador – professor do CEDERJ/ docente PG-EBS
4. Deise Viana – professora da UFRJ/ docente PG-EBS
5. Iviling Meloni – professor da rede pública no Rio de Janeiro/ mestrando PG-EBS
6. Jacenir Santos Mallet - pesquisador do IOC/Fiocruz/ docente PG-MT
7. Jacqueline Mac-Dowell Alves- professora da rede pública no Rio de Janeiro / pós-doutoranda PG-EBS
8. Marcelo Camacho – professor do IOC/Fiocruz
9. Mariana Souza - pesquisadora de FarManguinhos/Fiocruz
10. Paulo Stephen - pesquisador do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS
11. Roberta Corrêa – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
12. Roberta da Matta – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
13. Rosane Santos – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
14. Sandro Fernandes - professor da rede pública no Rio de Janeiro/ doutorando PG-EBS
15. Tania Araujo-Jorge - pesquisadora do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS

Convidados externos que contribuíram :

16. Cristina Magela Oliveira – diretora pedagógica do Colégio Pedro II
17. Alex von Sydow – diretor pedagógico do Colégio Pedro II
18. Sylvia Tristão – coordenadora do PSE/Município do Rio de Janeiro
19. Elisabete Gomes Barbosa Alves – profissional do PSE/Município do Rio de Janeiro
20. Katia Regina de Oliveira – responsável pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio Profissional (NIAP)/ Município do Rio de Janeiro
21. Dayane Feliciano – subsecretaria de educação de Itaguaí